

O pesquisador deverá incluir o nome do bolsista nas publicações e nos trabalhos apresentados em congressos e seminários, cujos resultados tiveram a participação efetiva do bolsista; É vedado ao orientador repassar a outro a orientação de seu(s) bolsista(s). Em casos de impedimento eventual do orientador, a(s) bolsa(s) retorna(m) à coordenação de iniciação tecnológica e inovação da Instituição. É vedada a divisão da mensalidade de uma bolsa entre dois ou mais alunos.

4.3 Dos critérios para seleção dos Projetos:

A distribuição de bolsas entre as áreas dar-se-á por demanda qualificada e por número de orientadores inscritos. Os Comitês institucional e Externo devem utilizar a qualidade do projeto e o desempenho do orientador para priorização na seleção.

4.3.1 Projetos de pesquisa que de fato levem à implantação de um produto, técnica ou processo tecnologicamente novo ou aprimorado;

4.3.2 – São relevantes as informações quanto à transferência da tecnologia gerada pelo projeto proposto.

4.3.3 Poderão ser apresentados mais de um pedido de bolsa por pesquisador, mas será dada prioridade ao engajamento de maior número de orientadores. As segundas solicitações de um mesmo orientador devem ser classificadas após as primeiras solicitações dos outros solicitantes, as terceiras após as segundas, e assim por diante;

4.3.4 Será dada prioridade menor aos projetos já contemplados com outras bolsas de Iniciação Científica (FAPESP, CNPq, FUNDAG) para o mesmo período;

4.4. Requisitos e Compromissos do Bolsista:

Estar regularmente matriculado em curso superior;

Ser selecionado e indicado pelo orientador;

Não ter vínculo empregatício nem receber salário ou remuneração decorrente do exercício de atividades de qualquer natureza, inclusive os de estágio remunerado, durante a vigência da bolsa, devendo dedicar-se integralmente às atividades do seu curso, de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;

Cumprir carga horária a ser definida entre orientador e bolsista, desde que a mesma não seja inferior a 12 horas semanais e não seja superior ao que determina a Lei n.º 11.788, de 25/11/2008 que regulamenta os estágios;

Apresentar no seminário anual sua produção tecnológica, sob a forma de pôsteres, resumos e/ou painéis; nas publicações e trabalhos apresentados, fazer referência a sua condição de bolsista do CNPq;

Devolver ao CNPq, em valores atualizados, a(s) mensalidade(s) recebida(s) indevidamente, caso os requisitos e compromissos estabelecidos acima não sejam cumpridos.

Artigo 5º - Quanto à documentação:

O Comitê Institucional comunicará ao orientador, juntamente com o resultado da seleção, a relação de documentos do orientador e bolsista que deverão ser encaminhados ao Núcleo de Qualificação de Recursos Humanos do IAC, até o dia 31 de agosto de 2010.

Artigo 6º. Serão desligados do programa os estudantes que: Não demonstrarem interesse e/ou disponibilidade para com o projeto de pesquisa;

Afastarem-se da Instituição, exceto para realização de pesquisa de campo, participação em evento científico ou outro motivo justificado e endossado pelo orientador;

Não apresentarem relatório nos prazos estabelecidos pela Comissão; Não participarem do Seminário Anual de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico, a ser instituído pela Comissão Institucional

Artigo 7º Da entrega dos Relatórios

7.1 O relatório parcial, com parecer do orientador e do bolsista, deve ser entregue em 21 de Janeiro de 2011.

7.2 O relatório final, com parecer do orientador e do bolsista,deve ser entregue no período de 11 a 15 de Julho de 2011.

7.2 Os orientadores e os bolsistas que descumprirem as condições estabelecidas neste edital são considerados inadimplentes e estão sujeitos ao desligamento do Programa até a sua regularização.

7.3 O orientador e o bolsista, no final da vigência, receberão certificado de participação do Programa.

Artigo 8º - Procedimentos Para Pedido de Reconsideração

O orientador poderá recorrer ao Coordenador Institucional quanto ao resultado da seleção de projetos, desde que o faça no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados no dia imediato ao da comunicação do resultado.

Os recursos serão decididos no prazo de 2 (dois) dias úteis a partir da data de encerramento da entrega dos pedidos de reconsideração.

Direitos da Pessoa com Deficiência

GABINETE DA SECRETÁRIA

Comunicado
Processo SEDPcD nº 48024/10 - Acha-se aberto o procedimento de credenciamento por inexistibilidade, com fundamento no artigo 25, “caput”, da Lei Federal nº 8.666/93, para fornecimento de refeições preparadas aos servidores da SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, no estabelecimento da credenciada. O Edital encontra-se disponível na íntegra no endereço eletrônico www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br - EVENTOS.

Educação

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SE 57, de 2-8-2010
Dispõe sobre autorização, instalação e funcionamento de Centro de Estudos de Línguas - CEL, e dá providências correlatas
O Secretário da Educação, com fundamento no Decreto nº 27.270, de 10.8.1987, alterado pelo Decreto nº 54.758, de 10.9.2009, e no Decreto nº 44.449, de 24.11. 1999, e à vista do disposto na Resolução SE nº 81, de 4.11.2009, e da manifestação da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas,
Resolve:
Art. 1º - Autorizam-se a instalação e o funcionamento de um CEL na EE Profª. Ernesta Xavier Rabelo Orsi, em Itapetininga, Diretoria de Ensino/Região Itapetininga, para ministrar aulas de língua estrangeira moderna.
Art. 2º - À Diretoria de Ensino caberá, nos termos do disposto na Resolução SE nº 81/2009, acompanhar, orientar e avaliar a organização e o funcionamento didático e tecnopedagógico do CEL.
Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
(Publicada novamente por ter saído com incorreções)

Resolução SE 61, de 11-8-2010
Dispõe sobre o processo de cadastramento de alunos, coleta de vagas, compatibilização demanda/vaga e matrícula para o atendimento à demanda escolar do ensino fundamental, no ano letivo de 2011, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo

O Secretário da Educação, considerando:
o esforço empreendido pelo Governo do Estado de São Paulo e Municípios Paulistas no cumprimento dos artigos 208 e 211 da Constituição Federal, mediante mútua colaboração, para assegurar a universalização do ensino obrigatório;
o Decreto nº 40.290, de 31 de agosto de 1995, que institui o Cadastromento Geral de Alunos do Estado de São Paulo; a Deliberação CEE nº 2/00, que dispõe sobre o cadastramento geral dos alunos; a Deliberação CEE nº 73/08 e a Indicação CEE nº 76/08, que regulamentam a implantação do ensino fundamental de nove anos, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino;
a formação da Rede Pública de Ensino, composta pela integração das redes estadual e municipal, visando a acomodar integralmente a demanda do ensino fundamental;
a continuidade do processo de planejamento antecipado para o atendimento adequado da demanda escolar, na Rede Pública de Ensino,
Resolve:
Art. 1º - As ações para a efetivação do processo de atendimento à demanda escolar do ensino fundamental, para o ano de 2011, deverão respeitar os seguintes procedimentos:
I - matrícula antecipada dos ingressantes no ensino fundamental e chamada escolar de crianças e adolescentes, candidatos ao ensino público; e
II - manutenção do atendimento aos alunos já matriculados, em continuidade de estudos.
Art. 2º - A matrícula antecipada para o ensino fundamental será realizada pelas redes estadual e municipal de ensino, em conjunto, por meio do Sistema de Cadastro de Alunos do Estado, conforme determina o Decreto nº 40 290/95.
Art. 3º - O processo de matrícula antecipada compreenderá as seguintes etapas:
I - o cadastramento dos alunos demandantes de vaga no ensino fundamental público;
II - a programação conjunta da oferta de vagas em escolas estaduais e municipais, para o ano letivo de 2011;
III - a compatibilização entre a demanda e as vagas disponíveis;
IV - a efetivação da matrícula dos alunos; e
V - a divulgação dos resultados para a comunidade.
Art. 4º - O cadastramento dos alunos demandantes de vaga no ensino fundamental, no Programa de Matrícula Antecipada, será efetuado em três fases:
I - a primeira fase abrangerá o período de 01 a 30 de setembro, quando serão definidos no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado, os alunos que frequentam a pré-escola na rede pública e que vão completar 6 (seis) anos até 31/03/2011, candidatos ao ingresso no ensino fundamental;
II - a segunda fase será realizada no período de 01 a 30 de setembro, com a chamada escolar das crianças que não frequentam a pré-escola na rede pública, candidatas ao ingresso no ensino fundamental, em escola estadual ou municipal, obedecendo ao limite de idade estabelecido no inciso anterior;
III - a terceira fase realizar-se-á no período de 01 a 30 de setembro, com a chamada escolar das crianças e jovens que se encontram fora da escola pública, com idade a partir de 7 (sete) anos completos em 2010, candidatos à matrícula em qualquer série/ano do ensino fundamental, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos, em escola estadual ou municipal.
Parágrafo único - em consonância com o previsto no artigo 2º da Deliberação CEE nº 73/08, o limite de idade poderá ser estendido para 6 anos completos até 30/06/2011.
Art. 5º - no caso de Município onde, após o estudo da demanda, for identificada a possibilidade de atendimento além dos limites previstos no artigo anterior, e à vista do disposto na Indicação CEE nº 76/08, a data limite poderá ser estendida para 6 anos completos até 31/12/2011, considerando o prosseguimento de estudos.
Art. 6º - Os candidatos que, após o mês de setembro, buscarem vaga no ensino fundamental, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos, deverão ser cadastrados no período de 19 de outubro a 12 de novembro do presente ano, de forma a possibilitar o planejamento, a definição da escola de encaminhamento e a respectiva efetivação da matrícula pela escola que se responsabilizará pelo atendimento em 2011, garantindo-se o envio de correspondência aos demandantes de vaga, com indicação da escola de destino para 2011, com exceção dos inscritos na fase I que serão, obrigatoriamente, comunicados pela escola de educação infantil que frequentaram em 2010.
Art. 7º - A programação de vagas de todas as escolas estaduais e municipais será feita exclusivamente por meio da digitação da coleta de classes no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado, após planejamento conjunto do atendimento escolar para o ano letivo de 2011, assegurando-se a continuidade de estudos dos alunos já matriculados.
Art. 8º - A compatibilização entre a demanda e as vagas existentes será realizada regionalmente, respeitando os critérios definidos conjuntamente entre o Estado e os Municípios, nos termos desta resolução, com responsabilidade compartilhada entre as partes.
Art. 9º - A efetivação da matrícula no ensino fundamental, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos, será realizada após a compatibilização demanda/vaga, mediante a digitação da formação das classes e a efetivação da matrícula no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado, conforme cronograma constante do anexo, parte integrante desta resolução.
§ 1º - É obrigatória a efetivação de todas as matrículas da demanda compatibilizada nas diversas fases da matrícula 2011, no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado.
§ 2º - É vedada a exclusão de matrícula de alunos que não comparecerem ou abandonarem a escola, sendo obrigatório o lançamento desses registros nas opções específicas, disponibilizadas no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado.
§ 3º - no caso de aluno matriculado que não comparecer às aulas, por período igual ou superior a 30 dias consecutivos a partir do início do período letivo, sem apresentar justificativas do motivo das ausências, a escola deverá proceder ao lançamento de Não Comparecimento – N COM, no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado, de forma a liberar a vaga reservada.
§ 4º - Considerando o previsto no parágrafo anterior, em caso de retorno do aluno, a escola deverá proceder à matrícula, quando houver vaga disponível ou, caso contrário, efetuar o cadastramento para nova compatibilização.
Art. 10 - o cadastramento e a matrícula dos alunos que não efetuaram o cadastro nos períodos estabelecidos no artigo 4º desta resolução deverão ser realizados durante todo o ano letivo de 2011 pelas escolas estaduais ou municipais, no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado, em opção específica disponível em caráter permanente, para assegurar o atendimento à totalidade da demanda, por meio de um processo contínuo de compatibilização entre os Órgãos Regionais da Secretaria e os Municípios de sua área de jurisdição.
Art. 11 - no processo de matrícula antecipada para o ano letivo de 2011, caberá:
I - aos Dirigentes Regionais de Ensino, Supervisores de Ensino e Assistentes de Planejamento:
a) orientar e conduzir o processo na sua área de atuação;

b) esclarecer dúvidas e apoiar os Municípios em todas as fases do processo;
c) definir procedimentos com vistas ao atendimento da totalidade dos alunos nas escolas estaduais e municipais, em consonância com as orientações das respectivas Coordenadorias de Ensino;
d) proceder, em conjunto com os Órgãos Municipais, a análise, compatibilização e indicação de vagas, assegurando-se a matrícula da totalidade dos alunos definidos na fase I e dos cadastrados nas demais fases, em sua área de jurisdição;
e) digitar o quadro resumo das escolas estaduais de sua jurisdição e gerar os números de classes, no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado, de acordo com o planejamento prévio homologado pelas Coordenadorias de Ensino.
II - à Equipe Gestora das escolas estaduais:
a) disponibilizar, quando necessário, equipamentos para a digitação da definição dos alunos da fase I;
b) efetuar o cadastramento da demanda das fases II e III e daqueles que buscarem vaga após os prazos estabelecidos na chamada escolar;
c) proceder, em conjunto com as Diretorias de Ensino e Órgãos Municipais, ao processo de compatibilização e matrícula dos alunos cadastrados;
d) matricular e divulgar, para a comunidade escolar, o resultado da matrícula dos alunos, mediante afixação de listas com a relação nominal dos alunos, nas escolas estaduais e municipais.
Art. 12 - Às Coordenadorias de Ensino caberá planejar, orientar, homologar propostas e acompanhar o trabalho das Diretorias de Ensino na condução do processo da matrícula antecipada, em todas as fases, visando a garantir o pleno atendimento dos cadastrados, assegurando-se a continuidade de estudos da demanda escolar.
Art. 13 - ao Centro de Informações Educacionais caberá:
I - orientar as Coordenadorias de Ensino, Diretorias de Ensino e Órgãos Municipais de Educação na utilização do Sistema de Cadastro de Alunos do Estado;
II - coordenar o processo e as ações referentes ao gerenciamento do Sistema de Cadastro de Alunos do Estado e ao cumprimento do cronograma;
III - emitir relatórios de acompanhamento para as Coordenadorias de Ensino durante todo o processo.
Art. 14 - Os procedimentos para o atendimento à demanda escolar do ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos, serão objeto de resolução específica.
Art. 15 – Não se aplica ao município da Capital o disposto nesta resolução, dada a peculiaridade do atendimento à demanda escolar a qual será objeto de normas específicas.
Art. 16 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Anexo
Cronograma para Atendimento à Demanda do Ensino Fundamental
Até 27/8 - Orientação, pelas Diretorias de Ensino, às escolas estaduais e aos Órgãos Municipais sobre procedimentos para a matrícula antecipada, objetivando o planejamento conjunto de vagas para o atendimento escolar do ano letivo de 2011.
01 a 17/9 – Digitação do quadro resumo e coleta de classes de todos os níveis de ensino, previstas para o ano letivo de 2011, das escolas estaduais e municipais.
01 a 30/9 - Fase I - Definição, no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado, dos alunos que, em 2010, frequentam a pré-escola nas escolas públicas municipais ou conveniadas e que deverão ser atendidos no ensino fundamental público.
01 a 30/9 - Fase II - Chamada escolar e cadastramento, nas escolas públicas, de candidatos ao ensino fundamental que não frequentam, em 2010, escola de educação infantil pública; digitação completa ou complementação da Ficha Cadastral dessas crianças no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado, com especial atenção para as informações relativas ao endereço completo, tendo em vista o encaminhamento de correspondência.
01 a 30/9 - Fase III - Chamada escolar e cadastramento nas escolas, das crianças e jovens que se encontram fora da escola pública, com idade a partir de 7 (sete) anos completos em 2010, candidatos à matrícula em qualquer série/ano do ensino fundamental, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos; digitação completa ou complementação da Ficha Cadastral dos candidatos no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado, com especial atenção para as informações relativas ao endereço completo, tendo em vista o encaminhamento de correspondência.
7 a 29/10 - Compatibilização entre demanda e vagas existentes, incluindo propostas específicas para o atendimento nas áreas/escolas congestionadas, com responsabilidade compartilhada entre Estado e Município.
13/10 a 12/11 - Digitação da matrícula, no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado, dos candidatos ao ingresso no ensino fundamental, definidos na fase I e dos cadastrados nas fases II e III, nas escolas estaduais e municipais.
19/10 a 12/11 - Cadastromento e digitação, no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado, dos candidatos à vaga no ensino fundamental, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos, que não se cadastraram nas fases II e III, nos prazos previstos para o processo.
A partir de 16/11 - Digitação das matrículas, para o ano letivo de 2011, dos alunos das demais séries/anos do ensino fundamental em continuidade de estudos, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos.
A partir de 17/11 – Divulgação pela escola de origem, dos resultados da matrícula dos alunos definidos na fase I e dos cadastrados nas fases II e III, mediante afixação de listas com a relação nominal dos alunos, nas escolas estaduais e municipais. Para os cadastrados nas fases II e III será enviada correspondência conjunta Estado/Município, endereçada aos pais ou responsável, emitida pela Secretaria de Estado da Educação, centralizadamente.
17 a 23/11 - Compatibilização dos cadastrados após o prazo das fases II e III.
24 a 30/11 - Digitação, no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado, das matrículas solicitadas após o prazo estabelecido nas fases II e III, em todas as séries do ensino fundamental, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos, para o ano letivo de 2011.
01 a 22/12 - Digitação do rendimento escolar individualizado, de todos os alunos das escolas estaduais, no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado.
10/12/2010 - Prazo final para as escolas estaduais concluírem a digitação das matrículas de seus alunos em continuidade de estudos, para o ano letivo de 2011.
A partir de 11/1/11 - Inscrição/Cadastramento dos candidatos à vaga, na rede pública, que perderam os prazos previstos de inscrição pelo Programa da Matrícula Antecipada 2011, executado em 2010. No cadastramento desses candidatos não deverão ser incluídos aqueles caracterizados como solicitações de transferência de escola, ou seja, aluno com matrícula em 2011, sendo vedada a exclusão de aluno já matriculado. Para esse caso deverá ser utilizada exclusivamente a opção específica para essa finalidade, no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado, que será disponibilizada em 2011.
Durante o ano letivo - a compatibilização dos candidatos inscritos nas escolas estaduais e municipais ocorrerá sempre que houver demanda a ser atendida, independente do número de candidatos cadastrados, com digitação imediata da matrícula no Sistema de Cadastro de Alunos do Estado, pelos órgãos regionais, e divulgação sob responsabilidade da escola de cadastramento.

Resolução SE 60, de 13-8-2010
Institui Comissão Especial para elaboração de nova proposta de reorganização e desenvolvimento curricular do ensino fundamental de 9 (nove) anos das escolas estaduais
O Secretário da Educação, considerando:
a implantação obrigatória do ensino fundamental de 9 (nove) anos, no Sistema Estadual de Ensino, que se caracteriza, conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, alterada pela Lei nº 11.274, de 6.2.2006, pela ampliação da duração desse nível da educação básica e inclusão aí de crianças de seis anos de idade;
a necessidade de se adequar à nova proposta do ensino fundamental de nove anos a atual organização dos ciclos de estudo vigente nas escolas públicas estaduais,
Resolve:
Art. 1º - Fica instituída Comissão Especial para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta resolução, apresentar proposta de reorganização dos ciclos de estudos que compõem o itinerário formativo do ensino fundamental de 9 (nove) anos.
Parágrafo único – Integram a Comissão Especial de que trata o caput deste artigo:
Iara Gloria Areias Prado - RG 5.834.865-7
Joanna Borrelli – RG 2.094.330
Jorge Sagae – RG 9.765.105
José Benedito de Oliveira - RG 4.771.852-3
Maria Auxiliadora Albergaria Pereira Raveli - RG 2.684.317
Maria Inês Fini - RG 4.487.141-7
Maria Júlia Ferreira - RG 4.121.370
Maria Nícia Pestana de Castro - RG 4.209.631-5
Rubens Antonio Mandetta – RG 9.545732-X
Valéria de Souza - RG 16.194.335
Wilma Delboni – RG 2.700.138
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Despachos do Chefe de Gabinete, de 13-8-2010
PROCESSO: 169/2500/2007 – Apenso nº 2097/0000/2007
INTERESSADA: ANETE NASCIMENTO DE OLIVEIRA, RG N.º 18.825.398
ASSUNTO: Vista dos autos para extração de cópias
Tendo em vista a solicitação de fls. 125, apresentada pela advogada da interessada em questão, Sra. Anete Nascimento de Oliveira, RG nº 18.825.398, e, considerando que a requerente é Procuradora nomeada por meio do instrumento encartado às fls. 15, AUTORIZO a retirada dos autos para extração de cópias, pelo prazo de 3 (três) dias, obedecendo as cautelas de praxe.
(Int. Dra. Silvana Teles, OAB/SP nº 179.254)
PROCESSO:0014/2400/2006 (Apenso nº 0215/0000/2006)
INTERESSADA: Solange Regina Muniz – RG nº 14.697.808
ASSUNTO: Requerimento de Vista
Tendo em vista a solicitação de fls. 121, apresentada pela advogada da interessada em questão, Sra. Solange Regina Muniz, portadora da cédula de identidade RG nº 14.697.808, e considerando que a requerente é Procuradora constituída através do mandato encartado às fls. 30, AUTORIZO a retirada dos autos das dependências desta Secretaria de Estado, pelo prazo de 03 (três) dias corridos, obedecidas as cautelas de praxe.
(Intime-se Dra. Luciana Rossato Ricci, OAB/SP 243.727).
PROCESSO: 586/0000/04
INTERESSADA: ELIANA SALVAGNI DOS SANTOS, RG N.º 4.133.436
ASSUNTO: Vista dos autos para extração de cópias
Tendo em vista a solicitação de fls. 424, apresentada pela advogada da interessada em questão, Sra. Eliana Salvagni dos Santos, portadora da cédula de identidade RG nº 4.133.436 e considerando que a requerente é Procuradora constituída através do mandato encartado às fls. 292 e subsubselemento às fls. 425, AUTORIZO apenas vista dos autos para extração de cópias no Serviço de Comunicações Administrativas do D.A., em face de haver prazo em cumo, obedecidas as cautelas de praxe.
(Intime-se Dra. Luciana Rossato Ricci – OAB/SP 243.727).
PROCESSO: 16/2600/2006 – Apenso nº 255/0000/2006
INTERESSADO: EDIVANDO JESUS DOS ANJOS SANTOS, RG N.º 30.834.364
ASSUNTO: Vista dos autos para extração de cópias
Em face da existência de dois interessados no processo, o prazo para vistas dos autos e interposição de recurso é comum a ambas as partes, motivo pelo qual indefiro o pedido de vista dos autos fora do cartório apresentado pela advogada do Edivando Jesus dos Santos, constituída por meio do instrumento de mandato encartado às fls. 40 e autorizo apenas vista dos autos para extração de cópias no âmbito do Serviço de Comunicações Administrativas do Departamento de Administração desta Pasta, obedecidas as cautelas de praxe.
(Int. Dra. Selma Aparecida Ferreira de Souza, OAB/SP nº 71.884)
Comunicados
Considerando:
a) As disposições do artigo 5º e do inciso III do artigo 29 da Lei Federal 8.666/1993:
b) Os termos do artigo 6º da Lei Estadual nº 12.799/2008:
c) a necessidade de justificativa das alterações que tenham sido feitas na ordem cronológica dos pagamentos, conforme o inciso II do artigo 61 da instrução nº 01/2008 – Área Estadual, do Tribunal de Contas do Estado.
Listamos, a seguir, o impedimento de pagamentos devido aos credores estarem registrados no CADIN Estadual de modo a preservar a integridade da ordem cronológica a ser observada pela unidade gestora:
2009/2010 PD's
PDS a serem pagas
080001
Data: 13/8/2010

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
080106	2010PD00237	4.358,87
TOTAL		4.358,87

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
080153	2010PD00161	215,60
TOTAL		215,60

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
080267	2010PD00934	74.415,64
080267	2010PD00935	20.254,50
TOTAL		94.670,14

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
080307	2010PD00286	1.843,59
TOTAL		1.843,59

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
080316	2010PD01126	307,24
TOTAL		307,24

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
080334	2010PD00370	2.048,52
080334	2010PD00436	1.081,66
TOTAL		3.130,18

UG LIQUIDANTE	NÚMERO DA PD	VALOR
080335	2010PD00887	61.621,62
080335	2010PD00888	16.393,99
080335	2010PD00889	12.341,17
080335	2010PD00890	3.061,99
TOTAL		93.418,77